



“Barragens no rio Cuiabá é um grave erro ambiental, econômico e social que deve e pode ser evitado”



AMEAÇA DE CENSURA

# Assessora da presidência da Câmara de Cuiabá ameaça “proibir” circulação do CO Popular no parlamento municipal



O jornal CO Popular sofreu na última semana, uma tentativa de coação e ameaça da assessora da presidência da Câmara Municipal insatisfeita com a postura crítica do veículo à gestão Chico 2000 - Pág. 5

ASSUNTO IMPORTANTE



# TCE-MT amplia debate sobre intervenção na saúde de Cuiabá e reúne diferentes instituições

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) vem ampliando o debate sobre a intervenção na saúde de Cuiabá. O conselheiro Sérgio Ricardo, que coordena a Comissão Especial criada pela instituição para acompanhar o trabalho, se reuniu com representantes do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MP-MT), da Câmara Federal e da Câmara Municipal da Capital para tratar do assunto.  
**Leia mais na página 7**

MATO GROSSO

# Deputado Faissal luta contra possíveis abusos da Energisa e apresenta Projeto de Lei na AL



Consumidor deve ser avisado de possível protesto em caso de inadimplência na conta de energia - Pág. 4

ELEIÇÃO



# Fabio Garcia tenta atropelar Eduardo Botelho, e busca ser o novo prefeito de Cuiabá

Pág. 4

## CHARGE DA SEMANA





Julia Tizziani  
Bacharel em Geografia pela UFMT e ativista social

# O Novo Ensino Médio precisa ser revogado para evitar um Apartheid Educacional no país

A reforma do ensino médio feita no governo Temer, primeiro foi promovida em 2016 por meio da Medida Provisória 746/16 que reformulou a grade suprimindo disciplinas “tradicionais” e incluindo disciplinas complementares que abordam assuntos diversos como projeto de vida, finanças e tecnologia, seguindo em 2017, quando sancionou a lei 13.415/2017 da reforma. O governo Bolsonaro por sua vez, consolidou o NEM (Novo Ensino Médio), com aprovação da alteração em documentos como o novo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A educação é um pilar essencial da sociedade e é preciso valorizá-la de acordo com a sua importância. É indiscutível que a educação brasileira precisa de melhorias estruturais e melhor desempenho dos estudantes, acontece que o NEM é uma contrarreforma e vai no caminho contrário às mudanças que os profissionais de educação e a juventude precisam.

O combo do fracasso: Novo Ensino Médio + Teto de Gastos na Educação

No mesmo ano que Temer apresenta a reforma, ele também sanciona a PEC 55/2016 do Teto de Gastos e como resultado, de 2016 pra cá o Ministério da Educação (MEC) foi o que mais perdeu recursos, totalizando mais de R\$ 74 bilhões desviados para outras áreas do governo. Ora, se precisamos melhorar a educação, implantar escolas integrais, implantar novas disciplinas, avançar em tecnologia e incluir ensino técnico, então precisamos de mais investimento e não menos! Afinal, com o número de estudantes crescendo e a quantidade de recursos caindo, pioraria o modelo que já tínhamos antes das mudanças. Já necessitamos pensar no ensino médio outras vezes e foi diferente.

Nos anos 2000, o acesso dos brasileiros ao ensino médio triplicou e as adaptações eram urgentes, mas Lula fez diferente!

Do início dos anos 1990 a 2003, o acesso ao ensino médio passou de 3 milhões para 9 milhões de matrículas e esses novos perfis de estudantes precisavam ser recepcionados e terem as condições materiais de ensino e aprendizagem. Então o governo Lula fez, em 2003, o Seminário: Ensino Médio: Ciência, Cultura e Trabalho em Brasília e discutiu com educadores, pensadores da educação brasileira, movimentos sindicais, estudantis e os integrantes do governo a fim de construir uma política de educação básica de nível médio, enfrentando os desafios e propondo programas para o avanço educacional.

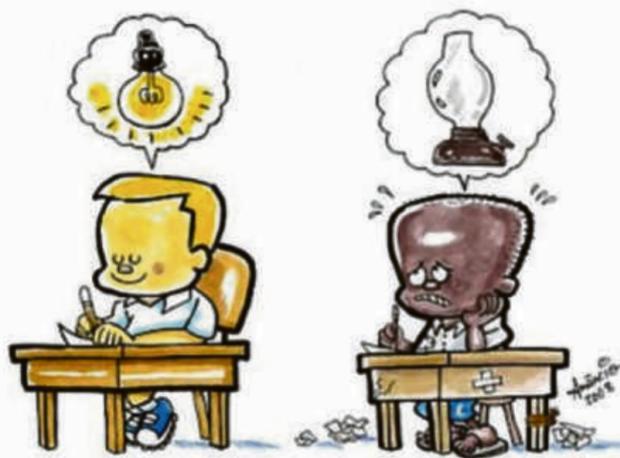
Todas as mudanças importantes e que contribuíram de fato para a melhor implementação de políticas públicas no país foram feitas através de ampla participação popular. Abordando um tema diferente, mas que reitera a necessidade da construção popular de políticas públicas como exemplo, é a 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, que delineou o formato da saúde pública, amarrou obrigações do Estado e saiu de lá a construção do SUS. A reforma do ensino médio vai na contramão da contribuição popular e democrática em sua elaboração. O NEM recebe crítica por parte dos educadores desde 2016 e neste ano mais de 300 entidades e organizações formularam uma carta aberta exigindo ao governo Lula sua revogação imediata.

O que é esse Novo Ensino Médio?

O NEM mudou a estruturação do ensino médio, condensou as disciplinas em núcleo comum dentro de quatro áreas (matemática, ciências da natureza, ciências sociais e linguagens), incluiu itinerários formativos, aumentou a carga horária de 800 para 1000 horas, e tenta incluir o ensino técnico. A ideia, segundo o Temer, era tornar o ensino médio mais atrativo para os estudantes, dar liberdade de escolha, ampliar a oferta de ensino em tempo integral e aumentar o aspecto profissionalizante. A elaboração e implementação acelerada, por sua vez, fez com que as disciplinas “tradicionais” ligadas aos campos científicos, culturais e artísticos fossem suprimidas e entre as áreas, são obrigatórias só a matemática e o português. As disciplinas foram enxugadas para dar 40% da carga horária total de todo o ensino médio aos novos itinerários criados (No total são mais de 5000), com conteúdos que vão desde coaches motivacionais até receitas... um pouco de tudo sem profundidade alguma. NEM ensina, NEM prende, NEM melhora a educação pública.

Expectativa X Realidade

Os novos conteúdos são aplicados pelos mesmos professores de antes, formados em sua licenciatura específica, mas remanejados para lecionar outros conteúdos após um pequeno workshop para adaptação ou nem isso... o verdadeiro “dar um jeitinho”. Com o orçamento reduzido e falta de ferramentas para colocar em prática os conteúdos expositivos, o ensino integral proposto fica



Liberdade de escolha?

Na prática, com a falta de estrutura e recursos muitas escolas só dispõem de um itinerário formativo, obrigando todos os alunos matriculados irem por um caminho único. Em São Paulo, metade das escolas só ofertam um itinerário, imaginem em Mato Grosso com 141 municípios distribuídos em seu vasto território, e os que possuem menos habitantes, contam com uma só escola estadual de ensino médio.... São vários exemplos que mostram a fragilidade da reforma em sua implementação, como o caso do que aconteceu em Recife: as escolas centrais se tornaram os polos tecnológicos e as escolas de periferia ficaram a margem da novidade. O Brasil de dimensão continental deixa milhões de estudantes sem a oportunidade de aprender em escolas que cumprem o papel universal da educação: passar os conhecimentos construídos ao longo da história da humanidade.

E as escolas particulares?

As escolas particulares continuam aplicando todos os conteúdos cobrados pelos vestibulares, ensinam sobre todas as disciplinas, suprimem uma ou outra hora/aula a cargo de cada instituição e colocam os itinerários como um “plus” de conteúdos à escolha dos estudantes. A verdade é que em escolas particulares, principalmente as que atendem as elites, tem os conteúdos são mais aprofundados. Essa desigualdade de ensino causa um fosso educacional na distribuição de conhecimentos do país, de acesso a universidades, de acesso futuro a bons empregos. Um apartheid que exclui a juventude do acesso à educação e todas as oportunidades advindas de uma boa formação.

A Posição do PT e pressão popular ao Governo: o MEC deve servir ao povo e não aos tubarões de ensino.

O atual governo Lula foi eleito em uma grande união de movimentos populares, organizações sociais e conta com um percentual ainda maior de setores da elite trazidos por Alckmin. Lula está em uma sinuca de bico, pois tem ao mesmo tempo uma forte oposição de extrema direita nas redes e no congresso, a mídia batendo, o BC (Banco Central) independente com o mercado enfurecido e uma direita que faz parte do governo muito bem distribuída em seus ministérios. No ministério da Educação não é diferente, a elite educacional privada está pressionando o presidente Lula pela não revogação da reforma do ensino médio: a precarização do ensino público é lucrativa e migra muitos estudantes que podem pagar por uma melhor educação ao setor privado.

A questão é que o presidente precisa ter pulso firme e defender o futuro da juventude. O povo brasileiro não assinou um cheque em branco quando votou em Lula, a construção da campanha prometeu mais oportunidades e frear as desigualdades, além da posição do PT, que desde 2016 é contrária a essa reforma. Não há emendas que salvem esse ornitorrinco e é preciso tratar a educação pública com seriedade antes que prejuzique ainda mais no colo da juventude brasileira. A ordem do dia é: Lula atenda a carta aberta de mais de 300 entidades e revogue a reforma do ensino Médio!

Julia Tizziani

é Bacharel em Geografia pela UFMT e ativista social

## EDITORIAL

# Fome e abundância

No Brasil das produções recordes de todo tipo de alimento, os números sobre a quantidade de brasileiros que passam fome mostram no fechamento do primeiro trimestre do ano – já sob o comando de um novo governo - uma redução considerável de cerca de 7 milhões de pessoas. No entanto, os mais de 26 milhões de famintos que sofrem com essa crueldade ainda causa horror e incredulidade.

Num país que produz comida suficiente para alimentar quase 800 milhões de pessoas no mundo, segundo estudos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), é inaceitável que haja tantos brasileiros sem ter o que comer nem ao menos uma refeição por dia.

É fundamental destacar que, quando falamos em fome, estamos falando que cada número é uma vida em sofrimento. E que mudanças em percentuais da insegurança alimentar no país — ainda que pareçam pequenas — representam milhões de cidadãos, crianças, adolescentes, adultos e idosos convivendo diariamente com a dor escruciente da fome.

Tecnicamente, a Insegurança Alimentar refere-se a condição da pessoa não ter acesso pleno e permanente a alimentos. Já a fome representa uma condição grave de falta de alimentos com uma duração prolongada ou intermitente dessa situação.

A fome não está apenas nas cidades grandes, médias e pequenas, no nordeste ou na Amazônia como muitos pensam. A fome atinge também o campo, onde milhões de famílias passam necessidade alimentar. Na zona rural brasileira, o índice geral de insegurança alimentar chega a 60%, sendo que 18% passam fome. Ao mesmo tempo, 21% dos agricultores familiares passam fome – índice maior do que a média brasileira e das áreas rurais. Os dados mostram como a situação se agravou nos últimos sete anos.

Retirar o Brasil do Mapa da Fome da ONU – de onde havia saído em 2014 e para onde retornou em 2016 – é o desafio que se apresenta à sociedade brasileira como um todo e não algo que diga respeito apenas ao Governo (Federal, Estadual e Municipal).

É preciso um novo Pacto Social envolvendo as esferas do poder público – que tem o poder e a obrigação de propor as políticas e ações necessárias para resolver o problema – e os setores empresariais e organizações da sociedade civil que são as instituições que tem o dever de cumprir as diretrizes estabelecidas nos programas oficiais de combate à fome.

Está claro que a fome não é só uma questão de dar a comida para as pessoas. O combate à fome exige que estas pessoas, hoje em situação de insegurança alimentar, tenham restabelecidas em sua integridade a sua cidadania, sua autonomia financeira e seus direitos como trabalhadores.

Sim, porque a fome tem a sua origem não apenas na escassez e dificuldade de acesso aos alimentos – seja por causa da produção reduzida de produtos da cesta básica ou pelo alto custo destes produtos nas feiras e supermercados – mas, principalmente na subvalorização do trabalho das pessoas, na falta de oportunidade de emprego de qualidade e no desrespeito puro e simples das políticas salariais por parte dos patrões.

Assim, não basta que o Governo estabeleça políticas de incentivo à produção de alimentos da cesta básica, a agricultura familiar, a redução de impostos, uma política salarial que garanta a reposição das perdas inflacionárias e estimule as atividades econômicas em geral para a geração de empregos.

Sem que a classe econômica não reconhecer que tem a obrigação de valorizar trabalhador pagando-lhe salários decentes, respeitando seus direitos, oferecendo empregos qualificados e mediante carteira assinada, bem como não reduzir suas margens de lucro à níveis civilizados, a fome permanecerá sendo um flagelo no Brasil e o país seguirá produzindo de forma abundante multidões de famintos.

Maykom Milas

## EXPEDIENTE

copopular.com.br

**DIRETOR** Maykon Milas | **DEPTO COMERCIAL** 3052-6030 / 3052-6031 | **DIRETOR FINANCEIRO** Leandro Lincoln Justiniano Sanches | **FOTOS** Assessoria e divulgação | **EDITOR DE ARTE** Kleber Simioni | **CHARGE** Fred | **PAUTA** redacaocopopular1@gmail.com admcopopular1@gmail.com



**CIRCULAÇÃO**  
Cuiabá, Várzea Grande e baixada

Cuiabá-MT - CEP: 78.048-487  
Rua I, Nº 105, Edifício Eldorado Hill Office, sala 24 - Alvorada

## PINGA FOGO



### Queda de braço de R\$ 1,2 bilhão

O Governo do Estado anunciou em um press release da Sinfram-MT que está investindo nada menos que R\$1,2 bilhão em obras de mobilidade urbana em Cuiabá. Neste montante, está incluso as obras do pretendido BRT, alvo de queda de braço entre o prefeito Emanuel Pinheiro e o governador Mauro Mendes. Entre as obras citadas, além do BRT, estão as do Contorno Norte do Rodoanel de Cuiabá (R\$ 204,9 milhões) que já teve início a construção de duas novas pontes sobre o Rio Cuiabá; asfaltamento de oito bairros da cidade (R\$ 42 milhões) e o prolongamento da Avenida Parque do Barbado que faz a ligação entre a Avenida das Torres e a Estrada do Moinho (R\$ 14,5 milhões). A divulgação das informações foi recebida no Palácio Alencastro como uma tentativa do governador de desacreditar as críticas ao seu esforço de impor o BRT à Cuiabá, um modal de transporte coletivo que não tem o aval da população. Nossa torcida é para que a queda de braço continue enquanto Cuiabá estiver ganhando, claro.

### Bandidos, tremel!



Indicada pelo novo governo de Brasília, a delegada Ligia Neves Aziz Lucindo assumiu Superintendência Regional da Polícia Federal de Mato Grosso na terça-feira, 04. A delegada chega ao posto com a missão de ampliar a atuação para acompanhar as com outras corporações de segurança pública em Mato Grosso e fortalecer o combate à criminalidade, especialmente o narcotráfico, a corrupção nos órgãos públicos, o contrabando de armas, de ouro e madeira, e os crimes ambientais. A bandagem treme nos seus mocós. Já sociedade mato-grossense aplaude e agradece a nova delegada superintendente da PF no estado, comemorando a chegada de uma mulher brilhante e competente em tão importante posto da Segurança Pública.

### Comissão federal eleitoreira

Um mais uma articulação para enfraquecer politicamente o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB), o deputado Fábio Garcia (UB), articulou e conseguiu que a Câmara Federal autorizasse a criação de uma Comissão Externa para acompanhar a intervenção do Estado na Secretária de Saúde de Cuiabá. A medida foi autorizada pelo presidente da Casa de Leis, Arthur Lira (PP). Fábio Garcia, sem nenhuma coincidência, será o coordenador da Comissão. Garcia é um dos principais críticos da gestão Emanuel Pinheiro (MDB) e cotado para disputar a prefeitura de Cuiabá em 2024. Entre os membros da tal Comissão, apenas o deputado Emanuelzinho (MDB) não é inimigo político do prefeito cuiabano.

### O parque é nacional

A ministra de Meio Ambiente, Marina Silva, não vê com bons olhos a estadualização do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães e resiste à cessão da gestão do mesmo ao governo de Mauro Mendes (UB). O parque teve sua concessão leiloada pelo governo Jair Bolsonaro (PL) para o fundo Parques Fundos de Investimento de Participação e Infraestrutura, pela bagatela de R\$ 1 milhão à União e compromisso de R\$ 18,5 milhões em investimentos pelos próximos 30 anos. Mendes quer que o Parque passe à administração do estado e garante que tem R\$ 200 milhões para investir na unidade de conservação nos próximos 4 anos. O montante é 11 vezes maior do que o ofertado pela concessionária. Mendes diz estranhar porque o Governo Federal não quer fazer negócio com estado, apesar da grande vantagem financeira da proposta. O que o governador não explica, no entanto, é o porque dele insistir tanto nesse negócio que nunca antes interessou ao seu governo.

### Sem direito a VI



O juiz Bruno D'Oliveira Marques, da Vara Especializada em Ações Coletivas, anulou a norma que dava aos conselheiros do Tribunal de Contas de Mato Grosso o direito de receber Verba Indenizatória (VI). Para o magistrado, apenas os membros do Poder Legislativo tem direito à Vis. Segundo o juiz, o TCE possui autonomia institucional, sem qualquer vínculo de subordinação à Assembleia Legislativa e que, por isso, não tem os mesmos direitos que os parlamentares e servidores daquele Poder. A ação que originou a medida foi proposta pelo Observatório Social de Mato Grosso. Os conselheiros, no entanto, não precisarão devolver os valores já recebidos indevidamente. O prejuízo será colocado na conta do contribuinte. Martelo batido, cumpra-se.

## PROF. AGOSTINHO CAPELLA

# “Barragens no rio Cuiabá é um grave erro ambiental, econômico e social que deve e pode ser evitado”



Da Redação

**CO Popular - O senhor realizou um estudo aprofundado sobre os impactos da construção de PCHs em rios das bacias do Pantanal, em especial dos rios Cuiabá e Paraguai. Quais as conclusões o senhor com estes estudos?**

**Prof. Dr. Agostinho Carlos Catella** - Participei dos "Estudos de avaliação dos efeitos da implantação de empreendimentos hidrelétricos na Bacia do Alto Paraguai", realizados junto à Agência Nacional de Águas – ANA no período de novembro de 2016 a março de 2020. A ANA contratou estes estudos para subsidiar o Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai (PRH Paraguai). A agência estava ciente da necessidade dessa avaliação, pois até março de 2017 havia 133 empreendimentos hidrelétricos propostos para diversos rios da Bacia e não somente para os rios Cuiabá e Paraguai, além dos 47 empreendimentos que já estavam em operação ou em construção na Bacia. O estudo investigou os impactos potenciais dos empreendimentos em relação aos temas: Hidrologia e Conectividade, Qualidade da água, Ictiofauna e pesca, Sócio-economia e Produção de Energia. Os resultados dos vários temas foram sintetizados em uma "Análise integrada" (Nota Técnica 03/2020/SPR/SRE – ANA, 31/05/2020), que definiu as "Áreas com Conflito Regional ou Local". Essas últimas áreas devem ser avaliadas no licenciamento ambiental, uma vez que podem ser estratégicas para conservação da biodiversidade, abrigando espécies endêmicas e para manutenção de processos ecológicos relevantes.

**P CO Popular - Há quem argumente que os benefícios econômicos compensariam os impactos ambientais das barragens no rio Cuiabá, por exemplo. Isso é verdade ou não?**

**Prof. Dr. Agostinho Catella** - É evidente o papel fundamental do rio Cuiabá nos processos ecológicos do Pantanal e Bacia do Alto Paraguai e sua contribuição para a reprodução dos peixes e produção pesqueira da região. Por essa razão, os impactos ambientais e prejuízos sócio-econômicos decorrentes da construção de barragens no rio Cuiabá devem ser confrontados com os benefícios econômicos, considerando quem arca com os custos e quem recebe os benefícios. Essas questões foram resumidas com muita propriedade nas considerações finais do relatório de Socioeconomia e energia. O estudo evidenciou que há descompasso sério entre quem se beneficia do barramento dos rios da BHP e BAP e quem vai arcar com todo o prejuízo dessa medida. A maior parte dos impactos ambientais e sociais que estes empreendimentos causam tem caráter local. Além disso, verifica-se que, após a construção, os empreendimentos hidrelétricos, especialmente PCHs e CGHs, têm pouco impacto na geração de emprego e renda local. Assim, também os principais benefícios econômicos destes empreendimentos são, em geral, experimentados longe do local onde estão instalados.

**P CO Popular - Qual o tamanho das perdas econômicas com esse tipo de obra nesse importante afluente do pantanal?**

**Prof. Dr. Agostinho Catella** - O estudo revelou que o rio Cuiabá é a principal rota migratória e importante área de reprodução dos peixes e seu acesso seria barrado pelos empreendimentos. Estimamos em 7.667 o número de pescadores profissionais artesanais em atividade na bacia do Alto Paraguai na temporada de pesca de 2018; que capturaram um total de 4.995 toneladas; produzindo uma renda bruta de R\$ 69,8 milhões, com base no preço de primeira comercialização. Nesse contexto, a sub-bacia do rio Cuiabá foi a mais expressiva, abrindo 4.142 pescadores ativos (54% do total), que capturaram 2.322 toneladas (47% do total), auferindo uma renda bruta de R\$ 29,3 milhões (42% do total). Só na bacia do rio Cuiabá são 16.500 pessoas que seriam diretamente atingidas pelos barramentos.

**CO Popular - Estes valores dizem respeito basicamente ao rio Cuiabá. Mas, a repercussão negativa econômica de barragens nesse rio também atingiria outras regiões além do vale do Cuiabá, estou correto?**

O professor doutor Agostinho Carlos Catella é um dos mais renomados estudiosos do país sobre o Pantanal e seus afluentes e se posiciona frontalmente contra a ideia de construir barragens e usinas hidrelétricas de qualquer porte ao longo do rio Cuiabá. Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (1982), mestrado em Ecologia pela Universidade Estadual de Campinas (1992) e doutorado em Biologia de Água Doce e Pesca Interior pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (2001), Agostinho Catella é um dos autores do profundo e extenso estudo sobre implantação de hidrelétricas na Bacia do Alto Paraguai, realizados junto à Agência Nacional de Águas (ANA). Como pesquisador da Embrapa – MS reúne larga experiência em pesquisas sobre recursos pesqueiros do Pantanal, ecologia de peixes, gestão e monitoramento da pesca no Pantanal e Bacia do Alto Paraguai. É com esse currículo que o estudioso se posiciona ao lado dos que vem resistindo na defesa da proibição de construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) nos rios afluentes da bacia do pantanal. Nesta entrevista exclusiva ao CO Popular, Catella expõe as razões técnicas e científicas para que o rio Cuiabá siga livre de qualquer barramento ao longo de seu curso.

“**É evidente o papel fundamental do rio Cuiabá nos processos ecológicos do Pantanal e Bacia do Alto Paraguai e sua contribuição para a reprodução dos peixes e produção pesqueira da região. Por essa razão, os impactos ambientais e prejuízos sócio-econômicos decorrentes da construção de barragens no rio Cuiabá devem ser confrontados com os benefícios econômicos**”

**Prof. Dr. Agostinho Catella** - Os pesquisadores estimaram, também, o valor médio total da “pesca difusa” na Bacia do Alto Paraguai (BAP) em surpreendentes R\$ 1,44 bilhões, dentro de uma margem variante entre R\$ 453 milhões e R\$2,44 bilhões. Os estudos do setor turístico pesqueiro estimaram que a BAP recebe anualmente mais de 220 mil pescadores amadores. Os dados mostraram que a renda bruta do setor na área é de R\$ 121 milhões, considerando os 12 principais municípios pesqueiros que gera cerca de R\$ 13,6 milhões em salários mensais. Vale destacar que as perdas não seriam apenas econômicas, mas sociais também. Dentre as pessoas praticantes da “pesca difusa”, cerca de 23 mil pescam diariamente ou quase todos os dias e cerca de 183 mil pescam de uma a duas vezes por semana. A maioria pesca em baranco, nos rios próximos por um período do dia ou no máximo por um dia, evidenciando que essas pessoas foram “pescar o almoço”. Os pesquisadores atribuíram preço ao pescado da “pesca difusa” e estimaram em R\$ 1.473,35 o valor médio anual da renda indireta de cada morador pescador, portanto maior do que um salário mínimo!

**CO Popular - Em sua pesquisa, foi feita alguma projeção sobre o que aconteceria com o Pantanal caso o rio Cuiabá sofresse intervenções com a construção de represas ao longo do seu curso para a geração de energia elétrica, qual seria o cenário pós-hidrelétricas?**

**Prof. Dr. Agostinho Catella** - Os impactos da construção de represas sobre as principais rotas migratórias dos peixes, como é o caso do rio Cuiabá, seriam extremamente severos na sub-bacia desse rio. As populações dos peixes migradores seriam drasticamente reduzidas, pois eles não teriam mais acesso a suas áreas de reprodução nas cabeceiras. Conseqüentemente, toda a atividade pesqueira da sub-bacia do rio Cuiabá, incluindo a pesca profissional artesanal, a pesca de subsistência e o setor turístico pesqueiro, seria altamente impactada pela redução da captura. Nessa sub-bacia é produzida a maior quantidade de ovos de peixes de toda a Bacia do Alto Paraguai, com um fluxo médio estimado em mais de 100 milhões de ovos por dia. Além disso, a sub-bacia do rio Cuiabá é a segunda com o maior fluxo médio de larvas de peixes de toda a bacia. Construir barragens de qualquer tipo nesse afluente do pantanal é um equívoco de impacto profundo na ecologia de todo o ecossistema.

**CO Popular - Um dos principais argumentos dos defensores da construção de PCHs e barragens no rio Cuiabá é que os impactos ambientais e na fauna aquática poderão ser reduzidos à níveis aceitáveis. A empresa garante que tem tecnologia e que seus projetos não irão afetar**

**a renovação dos estoques da bictiofauna pantaneira e do rio Cuiabá. Existe alguma tecnologia ou engenharia de barragem que evita esse tipo de impacto ou isso é falácia?**

**Prof. Dr. Agostinho Catella** - Os barramentos reduzem drasticamente as populações dos peixes de piracema, podendo levá-los à extinção, ao interromper as migrações anuais das áreas de alimentação nas planícies até as de desova, nas cabeceiras dos rios. É importante destacar que estratégias de mitigação como os mecanismos de transposição de peixes, conhecidos como “escadas de peixes” não resolvem os problemas decorrentes da perda de conexão entre os ambientes críticos ao ciclo de vida desses peixes, causados pelos barramentos. Eles são ineficientes com relação à quantidade de peixes e seletivos em relação às espécies e tamanhos dos peixes transpostos. Além disso, a transformação do rio em represa acima da barragem, atrasa o deslocamento ou mesmo impede que os ovos e as larvas de peixes que desovam acima consigam transpor o lago e a barragem e completar o ciclo de vida a jusante rio abaixo.

**CO Popular - Para o senhor, como pesquisador, qual deveria ser o caminho para que os rios que abastecem o Pantanal sejam melhor aproveitados economicamente?**

**Prof. Dr. Agostinho Catella** - Considerando a gravidade dos impactos potenciais da construção de empreendimentos hidrelétricos sobre a os peixes e o ambiente do Pantanal, penso que é fundamental que a Federação e os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul considerem nas medidas regulatórias dos recursos hídricos, bem como no processo de licenciamento ambiental, o zoneamento ambiental apresentado na análise integrada dos “Estudos de avaliação dos efeitos da implantação de empreendimentos hidrelétrico na Bacia do Alto Paraguai”. Isto é, as “Áreas com Conflito Regional ou Local”, que devem ser mantidas livres de barramentos para garantir a reprodução dos peixes, e as “Áreas Não Estratégicas” para manutenção dos estoques pesqueiros.

**CO Popular - O ministro do STF, Edson Fachin, acolheu duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) contra a lei estadual que proíbe a construção de barragens ao longo do rio Cuiabá (Lei N° 11.685/2022). Como o senhor vê e analisa esse embroglio jurídico?**

**Prof. Dr. Agostinho Catella** - Como pesquisadores, estudamos os impactos das barragens propostas para o rio Cuiabá e Bacia do Alto Paraguai a partir de projetos de pesquisa, e obtivemos novos e consistentes resultados. Procuramos divulgar esses resultados para a sociedade, o mais amplamente possível. Esperamos que, com base nesses conhecimentos, a sociedade, seus representantes [se suas instituições, entre elas o Judiciário] possam fazer as melhores escolhas, compatibilizando a conservação dos recursos naturais da Bacia, que incluem os recursos hídricos e pesqueiros, com o bem estar dos usuários e com o desenvolvimento social e econômico da região.

**CO Popular - O Pantanal é um Patrimônio da Humanidade e cobre uma área que avança sobre fronteiras estaduais e internacionais. Por que, em sua opinião, ainda não há leis federais e nem acordos bilaterais que assegurem a preservação de seus afluentes?**

**Prof. Dr. Agostinho Catella** - A Política Nacional de Recursos Hídricos, definida pela Lei nº 9.433 de 8/1/1997, de forma coerentemente apresenta a bacia hidrográfica como a unidade territorial de gestão e que esta, por sua vez, deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades. Contudo, penso que a incorporação desses importantes conceitos na gestão dos recursos hídricos é um processo dinâmico. Vai ocorrendo na medida em que a sociedade amadurece e que são produzidos novos conhecimentos e aperfeiçoados os mecanismos democráticos de participação da sociedade nos processos de decisão.

Para saber mais sobre o tema acesse os links disponíveis em: [www.copopular.com.br](http://www.copopular.com.br)

MATO GROSSO

# Deputado Faissal luta contra possíveis abusos da Energisa e apresenta Projeto de Lei na AL

## Consumidor deve ser avisado de possível protesto em caso de inadimplência na conta de energia

Lucas Leite  
Da Redação

Por falta de informação, muitas pessoas não sabem que não basta pagar sua dívida com o credor, mas também é necessário cancelar o protesto no cartório. Mesmo após o pagamento da fatura da conta de luz protestada, seu nome ainda continua sujo se você não cancelar o protesto no cartório.

Ou seja, existe um grande número de pessoas no estado de Mato Grosso que estão protestadas e não sabem que estão! O deputado Faissal (Cidadania), que foi reeleito em 2022 com 20.509 votos, conversou com o jornal Centro Oeste Popular, e disse que isso é uma grande injustiça com o consumidor, pois, além de pagarem à interrupção as taxas do cartório são de um preço exuberante, e acaba prejudicando o cliente.

“Não acho justo! Além da interrupção do fornecimento de energia, inclusão no SPC Serasa tem mais o débito registrado em cartório que possuem as taxas muito elevadas, muito caras, que chegam a dar o próprio montante da dívida, assim dizendo que o consumidor está sendo compelido para limpar o seu nome. Isso não é justo de forma nenhuma, até porque anel não permite que essa cobrança seja feita através de cartório, somente a suspensão do serviço e inclusão no Serasa SPC, tudo que for, além disso, é considerado e se configura como uma cobrança”, disse o deputado estadual de Mato Grosso.

Faissal ainda comentou com a equipe do COPOPULAR, que essa é uma forma de forçar o próprio consumidor a pagar além do devido



“Não acho justo! Além da interrupção do fornecimento de energia, inclusão no SPC Serasa tem mais o débito registrado em cartório, aponta Faissal

em razão dos monumentos, “Claro que seria uma forma de forçar o usuário, a pagar muito mais do que é devido em razão dos monumentos, temos também a micro filmagem a intimidação e mais a retirada do protesto, então são quatro itens que englobam, é a retirada e para limpar o nome do usuário”, afirmou.

Deputado acrescenta em sua dura manifestação contra a prática adotada pela Energisa e questiona o desenvolvimento feito no estado. “A Energisa ela vem falando que está aqui para contribuir com o desenvolvimento do estado, eu já não vejo isso! Os números mostram que a energia atua em onze estados, esses onze estados o faturamento líquido de Mato Grosso engloba trinta por cento, ou seja, o faturamento aqui na energia, Mato Grosso é muito maior do que nos outros estados, então a função dela aqui é somente auferir lucro com relação à convocação”.

O parlamentar apresentou nas últimas semanas um requerimento de urgência para tramitação do projeto de lei na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), a medida visa impedir uma prática das concessionárias, tendo em vista que após o pagamento das contas, a restrição permanece até a quitação dos encargos e taxas cartorárias. Foi aprovado na sessão da tarde desta última quarta-feira (5), em primeira votação, o projeto de lei de autoria do deputado estadual.

“Demos o primeiro passo visando à aprovação deste projeto, que visa combater este abuso cometido pelas concessionárias, principalmente a Energisa, que não mede esforços em tratar com desrespeito o consumidor em nosso estado. A proibição tem com objetivo diminuir um fardo imposto ao consumidor que acaba prejudicando seu sustento e o de toda sua família”, aponta Faissal.

VALOR DA DÍVIDA	TAXA DO PROTESTO
DE R\$ 0,01 A R\$ 100,37	R\$ 31,90
DE R\$ 100,38 A R\$ 213,00	R\$ 54,90
DE R\$ 213,01 A R\$ 319,71	R\$ 80,70
DE R\$ 319,72 A R\$ 426,42	R\$ 95,60
DE R\$ 426,43 A R\$ 532,87	R\$ 121,20
DE R\$ 532,88 A R\$ 639,70	R\$ 143,60
DE R\$ 639,71 A R\$ 746,16	R\$ 165,50
DE R\$ 746,17 A R\$ 852,85	R\$ 187,60
DE R\$ 852,86 A R\$ 1.046,77	R\$ 210,00
DE R\$ 1.046,78 A R\$ 1.132,29	R\$ 272,80
DE R\$ 1.132,30 A R\$ 1.262,53	R\$ 328,80
DE R\$ 1.262,54 A R\$ 1.394,90	R\$ 383,00
DE R\$ 1.394,91 A R\$ 1.529,19	R\$ 383,50
DE R\$ 1.529,20 A R\$ 10.661,57	R\$ 420,50
ACIMA DE R\$ 10.661,57	R\$ 477,00

## Quando a conta de luz vira um protesto?

As principais empresas de energia utilizam os serviços dos cartórios e protestos para cobrar suas dívidas em atraso.

## Veja como solicitar o cancelamento de protesto:

Você sabia que dá para cancelar um protesto com carta de anuência eletrônica sem precisar ir ao cartório? Veja como é fácil:

1. Acesse o site da CENPROT- (<https://ieptbmt.org.br/servicos.php>);
2. Faça uma Consulta Gratuita de Protesto;
3. Informe o nº do CPF/CNPJ e as dívidas pagas que precisam ser canceladas irão aparecer;
4. Escolha a forma de pagamento;
5. Pronto! Efetue o pagamento das custas e de 3 a 5 dias o pedido será considerado encerrado e seu nome será removido da pesquisa pública.

OPERAÇÃO DUPLA FACE

## Univag é um dos três alvos da PJC por crimes tributários em Várzea Grande

Levantamento da prefeitura aponta que as empresas deixaram de recolher R\$ 49 milhões em ISSQN à fazenda municipal

Da Redação

A Polícia Civil de Mato Grosso deflagrou a Operação Dupla Face, que apura crimes contra a ordem tributária ocorridos no município de Várzea Grande. São cumpridos mandados de busca e apreensão contra um grupo econômico composto por três pessoas jurídicas, sendo uma instituição educacional privada de ensino superior de Várzea Grande, Univag, uma empresa de construção civil e uma de promoção de eventos.

A investigação da Delegacia Especializada de Crimes Fazendários (Defaz) teve início após representação fiscal para fins penais, encaminhada pela Coordenadoria de Fiscalização Tributária de Várzea Grande, que apontou a falta de recolhimento de ISSQN pela instituição de ensino.

A Coordenadoria de Fiscalização realizou, desde o mês de agosto do ano passado, a fiscalização dos contribuintes no período de janeiro de 2017 a julho de 2022. Contudo, os contribuintes investigados, de forma reiterada, negam o fornecimento de documentos fiscais e contábeis ao Fisco Municipal, a fim de possibilitar a quantificação do valor real a ser recolhido a título de ISSQN, alegando uma eventual imunidade tributária.

A investigação apurou que os representantes legais da instituição de ensino, além de não recolher o ISSQN devido pela suposta imunidade tributária, utilizaram uma empresa do ramo de construção civil para gerar uma possível



A Coordenadoria de Fiscalização realizou, desde o mês de agosto do ano passado, a fiscalização dos contribuintes no período de janeiro de 2017 a julho de 2022

distribuição de lucros aos seus sócios (prática vedada pela Constituição Federal), emitindo nota fiscal de prestação de serviço tendo como tomador a própria faculdade, sem que o serviço fosse efetivamente prestado.

Ainda conforme os dados da Secretaria de Gestão Fazendária de Várzea Grande, no período fiscalizado (2017 a 2022), o contribuinte investigado deixou de recolher aos cofres municipais o valor de R\$ 49.212.815,98 em ISSQN, o equivalente a 23% da receita do município do imposto.

Diante das informações apuradas, a Defaz representou pelos mandados de busca e apreensão, que foram deferidos pelo juiz da 4ª Vara Criminal de Várzea Grande. O cumprimento das ordens judiciais conta com auxílio de auditores fiscais tributários de Várzea Grande e equipe da Politec.

ELEIÇÃO

## Fabio Garcia tenta atropelar Eduardo Botelho, e busca ser o novo prefeito de Cuiabá

Com pouca experiência Fabio Garcia já almeja novos voos em sua carreira política



Lucas Leite  
Da Redação

Faltando menos de um ano e meio para as eleições municipais, o clima na União Brasil, já se encontra em racha entre Eduardo Botelho e Fabio Garcia.

O deputado estadual, Eduardo Botelho (União Brasil), iniciou a sua carreira política em 2013, se afiliando ao PSB, se candidatou em 2014 pela primeira vez, sendo eleito deputado estadual com mais de 40mil votos. Primeiro deputado municipalista com mandato de vários projetos e muito trabalho, um homem credenciado, querido pela baixada cuiabana, e desde então vem ganhando força e o coração de cada cuiabano enfrenta um clima de racha já sob o reflexo da sucessão municipal em Cuiabá.

Botelho é um dos nomes favoritos para ser o novo prefeito de Cuiabá, mas o que não contava é que o deputado federal Fabio Garcia (União Brasil), que com a grandiosa ajuda do governador, Mauro Mendes, se tornou o deputado federal eleito mais votado em Mato Grosso, recebendo mais de 98mil votos, cerca de 11 mil a mais que o segundo colocado.

Segundo fontes do jornal Centro Oeste Popular, estão unindo um comitê da maldade para minar uma possível candidatura de Eduardo Botelho ao Palácio Alencastro, tendo em vista que os ir-

mãos Jaime e Júlio Campos, preferem que Botelho dispute a eleição ao invés de Fabio Garcia. Mesmo novato e sem muita experiência na política, pretende estar na frente do Palácio Alencastro.

Ambos passam a medir forças, é possível que o UB, presidido pelo próprio Fabio, defina como critério para escolha da candidatura aquele nome que melhor pontuar nas pesquisas de intenção de voto.

Foram divulgadas duas pesquisas de intenção de voto nas últimas semanas, e nelas o deputado federal Fabio Garcia não se saiu bem, e relatou que isso não traz preocupação para ele. “Daqui para frente vai ter pesquisa para todos os gostos, eu não tenho muita preocupação com pesquisa nenhuma”, respondeu.

“Se pesquisa determinasse resultado de eleição teríamos resultados muito diferentes no Brasil, por exemplo, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema, não seria governador de Minas Gerais nunca, Tarcísio não seria governador de São Paulo nunca. O governador do Distrito Federal também não seria o mesmo, portanto, pesquisa é o retrato do momento, nós não temos que se preocupar com pesquisa”, concluiu ele.

Valido lembrar que em 2012, o deputado Botelho, defendeu a permanência de Fábio Garcia à frente de novo partido. Para ele, o ex-deputado federal era o mais adequado para ocupar o cargo de presidente.

## AMEAÇA DE CENSURA

# Assessora da presidência da Câmara de Cuiabá ameaça “proibir” circulação de jornal CO Popular no prédio do parlamento municipal

O jornal CO Popular sofreu na última semana, uma tentativa de coação e ameaça da assessora da presidência da Câmara Municipal insatisfeita com a postura crítica do veículo à gestão Chico 2000

Da Redação

A gestão do presidente da Câmara Municipal de Cuiabá, vereador Chico 2000, deu uma clara demonstração de autoritarismo e intolerância democrática ao ameaçar proibir que o jornal CO Popular circule nas dependências do parlamento cuiabano. A reação autoritária de censura à liberdade da livre circulação de notícias, opinião e expressão aconteceram na terça-feira, 04, quando um funcionário do jornal fazia a entrega de exemplares da sua edição da semana nos gabinetes dos vereadores.

O funcionário do jornal foi abordado pela jornalista Elisângela Tenorio já na entrada do prédio. De forma intimidatória, ela o levou pa-

ra uma sala e o proibiu de distribuir o jornal no local. Ele, no entanto, se recusou a atender a jornalista. Ela então teria passado a segui-lo enquanto ele se dirigia aos gabinetes dos vereadores.

O diretor do Grupo Milas de Comunicação, Maycom Milas, reagiu à ação de intimidação ao funcionário reafirmando que irá acionar a assessora e a Câmara Municipal judicialmente caso as ameaças sejam cumpridas ou ocorra qualquer outra tentativa de coação e cerceamento da liberdade de circulação do jornal CO Popular na dependência do legislativo municipal de Cuiabá.



A reação autoritária de censura à liberdade da livre circulação de notícias, opinião e expressão aconteceram quando um funcionário do jornal fazia a entrega de exemplares nos gabinetes dos vereadores

“É inaceitável que uma jornalista tente intimidar, ameaçar e coibir um humilde funcionário de qualquer veículo de comunicação em represália à cobertura jornalística publicada pelo veículo que o emprega. Entendemos que esse ato contra nosso funcionário atinge não apenas o indivíduo, que sofreu humilhação e pressões ilegais e imorais, mas toda a imprensa em sua liberdade, em seu direito de expressão e livre circulação de notícias e opinião”, afirmou o jornalista e empresário.

A atitude condenável da assessora de imprensa de Chico 2000 foi a forma truculenta e ilegal de reação à publicação da matéria “Presidente do Poder Legislativo da Capital Cuiabana coloca a Câmara em ‘maus lençóis’”, publicada na edição nº1121. A reportagem resgata o histórico negativo da vida do vereador - que respondeu a processos por compra de votos e inquérito policial por suspeita de assédio sexual à vulnerá-

vel - e agora está de volta ao centro cenário político de Cuiabá.

“O presidente da Câmara Municipal de Cuiabá sabe, tanto quanto qualquer outro político, que é uma figura pública e que todas as suas atitudes e comportamentos em qualquer esfera da vida afetam e interessam à comunidade. Não há como desvincular o cidadão Chico 2000 do vereador presidente da câmara Chico 2000. Proibir que se registrem essas manchas e contextualize suas atividades privadas com suas ações políticas é uma negação da realidade que não compete aos meios de comunicação praticar, além disso, ser algo que não interessa e muito à sociedade. Não nos renderemos a nenhuma tentativa de impedir a liberdade de imprensa. Se tentarem cercear a circulação do CO Popular na Câmara Municipal vão acionar os meios legais para assegurar os nossos direitos e prerrogativas de imprensa livre e democrática”, afirmou o diretor do CO Popular.

## PELO RIO CUIABÁ

# Kalil reforça compromisso com abastecimento de água e tratamento de esgoto

Gestor assinou Manifestação de Apoio para ampliação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Cuiabá, o que deve fortalecer projeto e atrair outros municípios às margens do Rio Cuiabá

Da Redação

Várzea Grande está trabalhando para resolver problemas que se arrastam há muito tempo, nos próximos anos: o de abastecimento de água tratada domiciliar e o de tratamento de esgotamento sanitário avançando em índices de qualidade de vida para as pessoas.

O prefeito Kalil Baracat, fez a afirmação ao participar de ato público e após assinar Manifestação de Apoio para ampliação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Cuiabá, que além de universalizar o abastecimento de água tratada no município com a implantação de novas Estações de Tratamento de Água (ETA) e executa obras de Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), que vai dobrar o esgotamento tratado da cidade.

“Temos feito políticas públicas de saneamento com o intuito de preservar o Rio Cuiabá. Atualmente entre 29% e 30% do esgoto é tratado em Várzea Grande e queremos ultrapassar mais de 65% e se possível superar os 70%. Isso é o que está sendo executado, o cronograma da obra está em dias. Inclusive estivemos na Caixa Econômica Federal, discutindo os repasses financeiros e a contrapartida do município. São investimentos em torno de R\$ 90 milhões, sendo ao menos R\$ 15 milhões da Fonte 100 (Recursos Próprios do Tesouro Municipal), em esgotamento sanitário. Eu coloco para funcionar um reator dessas ETE em julho deste ano, e até o final do meu mandato a estação operará 100%”, afirmou o prefeito.

Sobre seu compromisso em resolver o abastecimento de água no município, Kalil Baracat pontuou à imprensa: “Já entregamos uma Estação de Tratamento de Água no Cristo Rei de 320 litros por segundo ou R\$ 27,6 milhões de litros/dia. Está em construção outras duas Estações de Tratamento, uma na região da Barra do Pari/Chapéu do Sul e outra na Rodovia Imigrantes, então serviremos a cidade com três novas estações de tratamento de água, dobrando



O prefeito Kalil Baracat, fez a afirmação ao participar de ato público e após assinar Manifestação de Apoio para ampliação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Cuiabá

assim a capacidade de abastecimento na cidade de Várzea Grande. Água não será o problema. No entanto, os investimentos não podem parar, pois teremos que ampliar a rede de abastecimento, e, temos buscado parcerias, com o Governo Federal, com a bancada do Estado em Brasília, para trazer essa nova realidade de saneamento básico para a cidade”.

O deputado estadual Wilson Santos (PSD), autor do projeto Expedição Fluvial no Rio Cuiabá da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, capitaneou o evento e destacou a importância da adesão de Várzea Grande ao Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Cuiabá e ampliação do mesmo para demais municípios da margem direita do Rio Cuiabá.

“É muito importante essa adesão de Várzea Grande para fortalecer o trabalho do Comitê que deve entregar em breve um diagnóstico jamais feito, extremamente profundo da realidade do Rio Cuiabá. O Comitê já é composto por sete municípios, porém todos da margem esquerda do Rio Cuiabá. Com a adesão de Várzea Grande os trabalhos também virão para a margem direita do rio, aumentam as tarefas do Comitê, mas também fortalecendo o grupo de trabalho”.

Wilson Santos também pontuou os principais impactos ambientais visíveis no Rio Cuiabá e ações emergenciais que precisam ser realizadas. “Temos mais de 20 dragas atuando nessa região, mas o principal problema são as não ligações domiciliares do esgoto produzido das

residências de Cuiabá e Várzea Grande às redes coletoras de esgoto e que vão diretamente para os córregos e acaba no Rio Cuiabá. Se não tivermos ações emergenciais afirmo: não temos na baixada cuiabana um aquífero que possa garantir água para as futuras gerações. Ou nós cuidamos ou cuidamos das águas superficiais”, alertou o parlamentar.

Também como ações, Santos, pontuou que “está cobrando duro” da Prefeitura de Várzea Grande e da empresa Águas Cuiabá, um cronograma físico-financeiro para o esgotamento sanitário das duas cidades e que vai “atacar também a questão do lixo”.

Promotora de Justiça do Meio Ambiente de Várzea Grande e do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Cuiabá, Michelle Villela, explicou da importância da adesão de Várzea Grande ao Comitê, uma vez que o município não pode ficar de fora de decisões que possam afetá-lo. “É fundamental a participação de Várzea Grande no comitê, pois é um município que integra essa bacia hidrográfica. Com cadeira no Comitê, de forma democrática vai participar das decisões que influenciam a todos. É importante ter voz, defender os interesses do município e colaborar com melhorias da qualidade do Rio Cuiabá e de sua preservação para as gerações futuras”.

Presidente do Comitê e representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso (Crea-MT), engenheira sanitária e ambiental Suzan Lannes esclareceu

que, “a missão do Comitê é de ouvir os anseios da população e elaborar um Plano de Bacia para ser instrumento de planejamento e nortear o trabalho do Poder Público, portanto não tem como qualquer ação ser executada não envolvendo todos os municípios que pertencem à bacia do Rio Cuiabá, por isso a importância da ampliação e adesão de Várzea Grande”.

De acordo com o também engenheiro sanitário, professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e coordenador do Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Cuiabá, José Álvaro da Silva o estudo depois de finalizado será um instrumento de gestão que o Poder Público e a sociedade em geral terão para se orientar no sentido do que fazer para preservar os recursos hídricos e o Rio Cuiabá.

“Uma das principais ações do plano será o enquadramento dos corpos hídricos que fazem parte da bacia hidrográfica do Rio Cuiabá. Esse enquadramento munícia as cidades e a Se-ma a liberar as outorgas e permitirá planejar o que queremos desses rios para o futuro. Várzea Grande hoje faz seu enquadramento, ou seja, utiliza o rio com base em um enquadramento provisório que não é o ideal”, explica o representante da UFMT no Comitê.

O professor também exemplifica que o Plano apresentará um banco de dados sobre saneamento básico, nos quatro eixos do saneamento: abastecimento de água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos. “A sociedade terá um documento público que conterà, por exemplo, todas as informações sobre saneamento básico em Várzea Grande”, relatou.

Célio Silva, secretário municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável pontou, “O prefeito Kalil Baracat puxou a fila. Assinou o termo de manifestação de apoio e ampliação desse Comitê, que até então era formada por municípios somente da margem esquerda do rio. Esperamos atrair outros municípios para fortalecer esse Comitê e somar forças para a preservação ambiental”.

Antes de Concluir, Kalil Baracat lembrou que também está executando ações de interesse da população e de Várzea Grande na coleta e correta destinação do lixo orgânico.

“Sempre tive em mente que o Rio Cuiabá não separa Várzea Grande, da capital, pelo contrário ele une e como ambas as cidades e suas pessoas vivem das águas do Rio Cuiabá e como temos uma Várzea Grande viva que cresce 15% em média todos os anos, temos que planejar e definir políticas públicas que contemple a qualidade de vida dos moradores sem agredir o meio ambiente e buscarmos medidas resolutivas para atender o crescimento desta cidade viva que é Várzea Grande, Cuiabá, Mato Grosso e o Brasil, enfim, todas as cidades, pois temos que pensar e trabalhar pela qualidade de vida das pessoas sem agredir o meio em que se vive”, concluiu Kalil Baracat.



OBSTÁCULOS E DIFICULDADES FAZEM PARTE DA VIDA. É A VIDA É A ARTE DE SUPERÁ-LOS. **MESTRE DeROSE**

**ESPECIAL MEGA ANIVERSÁRIO DE IDÊ GUIMARÃES. A COLUNA DEIXA OS PARABÉNS**



O governador Mauro Mendes, Mariza Bazo e a primeira dama Virginia Mendes prestigiando a aniversariante Idê Guimarães



A empresária Zilda Zompero com a primeira-dama Virginia Mendes no badalado aniversário de Idê Guimarães



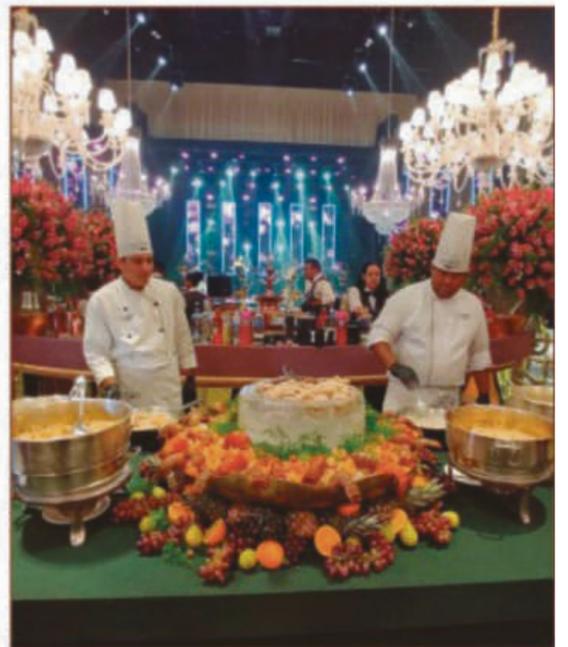
Idê Guimarães com uma das atrações da festa o cantor Sidney Magal



A aniversariante Idê Guimarães com uns dos vários vestidos que trocou durante a festa



A coluna deixa os parabéns para Idê Guimarães



O Buffet e a decoração estavam impecáveis



Idê Guimarães e seu companheiro Junior



Idê Guimarães em momento especial de sua mega festa de aniversário

ASSUNTO IMPORTANTE

# TCE-MT amplia debate sobre intervenção na saúde de Cuiabá e reúne diferentes instituições

**O conselheiro Sérgio Ricardo explicou que o esforço conjunto entre as diferentes esferas visa, além da retomada de atendimentos, a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos**



O conselheiro Sérgio Ricardo, que coordena a Comissão Especial criada pela instituição para acompanhar o trabalho, se reuniu com representantes de entidades

Da Redação

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) vem ampliando o debate sobre a intervenção na saúde de Cuiabá. O conselheiro Sérgio Ricardo, que coordena a Comissão Especial criada pela instituição para acompanhar o trabalho, se reuniu com representantes do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MP-MT), da Câmara Federal e da Câmara Municipal da Capital para tratar do assunto.

A Comissão Especial, instituída pelo presidente do TCE-MT, conselheiro José Carlos Novelli, também é formada pelo conselheiro Guilherme Antonio Maluf, que preside a Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social (CPSA), e pelo procurador-geral do Ministério Público de Contas (MPC), Alisson Carvalho de Alencar.

Durante as reuniões de hoje, o conselheiro Sérgio Ricardo explicou que o esforço conjunto entre as diferentes esferas visa, além da retomada de atendimentos, a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos. “Por meio de suas decisões e encaminhamentos o Tribunal tem orientado todos os entes envolvidos nessa intervenção. A saúde tem que voltar a funcionar, principalmente para aquelas pessoas que mais precisam. Nós estamos com as portas abertas para toda a classe política e as autoridades em geral diretamente envolvidas no tema, porque

“

**A saúde tem que voltar a funcionar, principalmente para aquelas pessoas que mais precisam. Nós estamos com as portas abertas para toda a classe política e as autoridades**

”

é com essa contribuição de todas as partes que os resultados virão.”

O conselheiro reforçou ainda que o objetivo é fazer com que os gestores cumpram com seus compromissos constitucionais e ajam para que todos os setores da administração pública funcionem adequadamente. “Queremos ver as gestões funcionando e resolvendo os problemas de quem está lá na ponta.”

Para titulá-lo da Promotoria de Saúde, o promotor de Justiça Milton Matos, sem esta união de esforços, a questão não irá avançar. “A partir do que observamos à frente da promotoria, viemos trazer algumas sugestões de melhorias com relação às estratégias na saúde de Cuiabá, já que o Tribunal tem não apenas o papel de acompanhar a intervenção mas também o papel fundamental de fiscalização das contas de toda a gestão pública. É um trabalho que tem tudo a ver com nossa atuação e creio que vamos avançar muito como órgãos de controle”, disse.

O deputado federal Fábio Garcia, que faz parte da comissão externa da Câmara dos Deputados que acompanha a intervenção, destacou que as tratativas vêm respeitando a independência dos Poderes. “Para um plano dar certo ele precisa ter um planejamento detalhado sobre como operacionalizar as ações, quem vai executá-las e quando elas serão executadas. Isso tem que ter vim acompanhado de um plano orçamentário e de recursos humanos. Então nós vamos participar ativamente desse processo, contribuindo com o conhecimento sobre saúde pública e sobre a questão orçamentária, principalmente porque parte destes recursos vem do Governo Federal.”

Na ocasião, o deputado federal Abílio Brunini, chamou a atenção para a atuação do TCE-MT e avaliou que, apesar dos desafios, o setor começou a ser colocado nos eixos. “Não é fácil, são muitos problemas. Pedimos que as UPAs e policlínicas tenham prioridade nesse processo, assim como as cirurgias eletivas, para podermos fazer funcionar a saúde. Agradecemos ao conselheiro, que foi muito receptivo e tem buscado por uma solução para a situação”, pontuou.

O vereador Demilson Nogueira, que preside a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária no parlamento municipal, falou sobre a importância da aproximação com o controle externo. “Foi uma reunião extremamente proveitosa. O que buscamos aqui foi fortalecer o trabalho de fiscalização da Câmara. Com as suas ferramentas, o TCE tem muito a nos ensinar. Então, queremos estreitar ainda mais essa interação.”

No mesmo sentido se pronunciaram os vereadores Sargento Joelson e Maysa Leão. “O conselheiro nos deu condições para agir melhor a partir de agora. Esta é uma oportunidade para a Câmara ser mais pragmática”, avaliou ele.

“Isso demonstra que o Tribunal está primando por entregar o melhor para a população e pelo bom uso do dinheiro público. Essa postura representa a ponte que precisamos fazer entre os poderes para acelerar processos, já que um pode ajudar o outro”, concluiu a parlamentar.

log,lab.

INTELIGÊNCIA  
DIGITAL

Parabéns

304  
anos

Cuiabá

Somos uma  
empresa  
Genuinamente  
Cuiabana e temos  
orgulho de fazer  
parte dessa  
história.

# Carriacabá

## 304 ANOS

**TERRA QUE TEM O OURO COMO REPRESENTAÇÃO  
EM SEUS BRASÕES DO PASSADO E DO PRESENTE.**

**COMPROMISSO COM  
AS PESSOAS E O FUTURO  
DO NOSSO PLANETA!  
ASSIM TRABALHAMOS  
E CONSTRUÍMOS A  
NOSSA HISTÓRIA!**



**fomentas**  
MINING COMPANY